

**Aula 00 - (Somente em
PDF) - Prof. Patrícia
Manzato**

TJ-RO (Analista Judiciário - Pedagogo)

Discursiva sem Correção - 2024

(Pós-Edital)

Autor:

Patrícia Cristina Biazao Manzato

Moises

07 de Novembro de 2024



ANÁLISE DO EDITAL PROVA DISCURSIVA

<i>Apresentação</i>	2
<i>Análise do Edital</i>	4
<i>Do conteúdo cobrado</i>	4
<i>Como fazer no dia da Prova</i>	11
<i>Folha de resposta para transcrição do texto definitivo (30 linhas)</i>	13



APRESENTAÇÃO

Olá, Futuro Servidor Público!

Seja muito bem-vindo e muito bem-vinda ao **Curso de Discursiva para o Tribunal de Justiça de Rondônia, cargo de Analista - Pedagogo**.

É uma grande satisfação iniciar este curso que trará uma abordagem teórica objetiva sobre aspectos textuais, que irão auxiliar você na preparação para o seu concurso.

Desde já, vale dizer que, além do livro digital, você terá acesso a videoaulas e slides, além de poder fazer perguntas sobre as aulas no Fórum de Dúvidas. Paralelo a este curso, disponibilizaremos também o serviço de *Correção Analítica de Discursivas*, caso deseje uma preparação ainda mais completa.

Para que seu estudo seja ainda mais eficiente, recomendo que façam o estudo das aulas em PDF realizando grifos e anotações próprias no material. Além disso, quando você for praticar com as questões discursivas, aconselho que faça à mão, ou seja, pegue caneta e papel e retome o (velho hábito) de escrever. Por incrível que pareça, até sua caligrafia vai se moldando melhor conforme você vai praticando.

Com essa estrutura e proposta, você realizará uma preparação completa para o concurso, o que, evidentemente, será fundamental para a sua Aprovação.

O curso está organizado em videoaulas e PDF, ambos sob minha responsabilidade.

Aproveitando a oportunidade, deixe-me apresentar brevemente:

Meu nome é **Patrícia Manzato Moisés**, tenho 39 anos, sou paulista, mas atualmente trabalho em Brasília-DF, como Analista Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Graduada em **Letras** pela **Universidade de São Paulo** e pela **Universidade Presbiteriana Mackenzie**, sou Especialista e **Mestre** em Letras, também pela USP. Tenho experiência no campo dos concursos públicos desde 2015 e **já fui aprovada em 17 certames**, nos mais diversos cargos municipais, estaduais e federais, dentre eles TJ-SP, TRT 2, TRT 15, Oficial de Chancelaria do Ministério das Relações Exteriores, CLDF, Polícia Científica do Paraná, CREA-SP, CREMESP, Prefeituras e Câmaras Municipais do interior de São Paulo.

No **Estratégia Concursos**, faço parte da equipe de Discursivas e Coaching e sou responsável pelo curso de Conhecimentos específicos para Professores de Língua Portuguesa. Portanto, caro Aluno e cara Aluna, tenha a certeza de que minha prioridade aqui é o seu sucesso!

E é com muito prazer que organizo este curso específico para sua Prova Discursiva.

Minha própria jornada como Concurseira, e agora Concursada, diz muito sobre onde podemos



chegar com a pontuação da Prova Discursiva:

Na prova do **Tribunal Superior do Trabalho**, de 2017, antes da correção da prova discursiva, eu estava em 22º lugar. Eram 18 vagas na ampla concorrência, ou seja, eu estava fora das vagas imediatas. Após a correção da discursiva (com nota de 9,47/10), eu subi para 9º lugar e fui nomeada na primeira leva. Imagine a minha felicidade?!

No concurso do **CREA-SP**, para o cargo de Agente de Fiscalização, eu consegui me manter em 1º lugar com a nota da prova discursiva, mesmo não tendo nenhum título para apresentar e ficando com 2 pontos a menos na prova objetiva.

Gostaria ainda de deixar claro que entendo sua preocupação sobre a prova, afinal de contas **escrever é apenas para uma pequena parcela de pessoas talentosas**, não é mesmo?! NÃO, COM CERTEZA NÃO!

Vamos ter a certeza ao longo deste curso que escrever demanda PRÁTICA, por isso nosso curso é baseado em Teoria e Rodadas de Temas.

Então, vamos juntos rumo ao seu Sucesso!

Grande abraço,

Prof^a Patrícia Manzato



Para tirar dúvidas e ter acesso a dicas e conteúdo gratuitos, acesse meus canais



Professora Patrícia Manzato



ANÁLISE DO EDITAL

Vamos direto ao ponto!

O EDITAL Nº 001, de 25 de outubro de 2024 traz que a prova discursiva vale 30,00 pontos e consistirá de **1 questão discursiva, versando sobre estudo de caso**, de 20 a 30 linhas, aplicada junto com a Prova Objetiva.

Para não nos perdermos nos detalhes, separei os itens do edital por temática:

Do conteúdo cobrado

O edital, sobre a **Prova Discursiva**, traz que:

13.2 A prova discursiva, para todos os cargos/especialidades, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada na mesma data, horário e local das provas objetivas de múltipla escolha, consistente em:

a) 1 (uma) questão discursiva, para todas as especialidades do cargo Analista Judiciário, versando sobre estudo de caso acerca de tema de conhecimentos específicos, conforme conteúdo programático do Anexo I deste Edital;

13.2.1 A questão discursiva e a dissertação deverão conter o mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 30 (trinta) linhas.

13.2.2 A prova discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.

13.2.3 Será aprovado na prova discursiva o candidato da ampla concorrência que alcançar no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total de pontos atribuídos para a etapa.

Sobre o conteúdo programático, o edital traz:

1. Fundamentos da educação:

Dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica. Parâmetros Curriculares Nacionais.

O pensamento pedagógico brasileiro.

Educação e Trabalho. Ética e trabalho.

Organização da educação brasileira; sistema educacional brasileiro; regime colaborativo entre os entes federados.



Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas.

Concepções liberais e progressistas da educação: contribuições e limites. Função social da escola; desigualdades educacionais.

Relação educação e sociedade.

Pedagogia e a andragogia.

2. Processos de Ensino e Aprendizagem: Teorias da aprendizagem.

Didática e Currículo: Métodos e Técnicas de Ensino; planejamento; conceitos, fundamentos e concepções de currículo; diferentes abordagens para a organização curricular (por conteúdos, áreas ou competências).

Avaliação da aprendizagem: concepções e práticas.

3. Gestão: Gestão democrática na escola: o Projeto Político Pedagógico.

Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico.

Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação.

4. Educação Corporativa: As novas competências demandadas pelo mundo do trabalho.

A questão do desenvolvimento de competências nas organizações.

As competências requeridas nas empresas.

A noção de competências como ordenadora das relações de trabalho.

Desenvolvimento de competências.

Conhecimentos, habilidades, atitudes.

Técnicas de trabalho em grupo.

Fundamentos da dinâmica de grupos.

Aplicação da dinâmica de grupos.

Comunicação e interação grupal no processo de planejamento.

Gestão de projetos e formação de equipes.

Constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planejamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais. A construção do conhecimento a partir das necessidades da organização.



Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos. Objetivos e conteúdos de ensino. Métodos e técnicas.

Metodologia de projetos presenciais e a distância. Ensino híbrido. Metodologias ativas de aprendizagem.

Interação na aprendizagem.

Ação pedagógica e trabalho com projetos. Liderança e relações humanas no trabalho.

Tipos de liderança, mecanismos de participação.

Normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal.

Atuação do pedagogo nos âmbitos corporativo e judicial.

Educação corporativa.

Escolas de governo.

Capacitação e desenvolvimento.

Ações de desenvolvimento e planejamento estratégico institucional. Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos. Identificação de necessidades de ações de educação corporativa. Objetivos instrucionais e indicadores.

Didática. Seleção de métodos e técnicas de ensino para cada tipo de ação. Níveis de avaliação de ações de capacitação.

Reação, aprendizagem, comportamento e resultados. Elaboração de instrumentos de avaliação e pesquisa.

Construção coletiva e gestão do conhecimento nas organizações. Papel do coordenador pedagógico e supervisão.

5. *Educação à Distância e Tecnologia: Legislação aplicada à educação a distância.*

Trilhas de aprendizagem organizacional.

Educação a distância. Características. Principais atores. Docência online.

Diagnóstico para desenho da ação de desenvolvimento.

Novas tecnologias aplicadas à educação. Plataformas de Aprendizagem Virtuais. Plataforma Moodle de aprendizagem virtual. Atividades e recursos. Gamificação na educação.

Inovação na educação.

Ferramentas de inteligência artificial para construção de conteúdos e objetos de aprendizagem.

6. *Tópicos especiais:*



Educação e Justiça Social: inclusão, diversidade e igualdade.

Credenciamento de Ensino Superior.

Ação pedagógica em projetos sociais: definição, orientação e avaliação.

Trabalho Interdisciplinar/interprofissional.

Instrumentos técnicos operativos: entrevista, visita, elaboração de pareceres técnicos, laudos e relatórios.

7. Legislação e normas:

Bases legais da educação nacional: Constituição da República de 1988: Dos Direitos e deveres Individuais e Coletivos; Da Educação.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/1996 e suas alterações.

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados: Resolução Enfam n. 7/2017 - Diretrizes Pedagógicas da Enfam. Princípios epistemológicos e pedagógicos. Natureza da formação, processo de produção do conhecimento, princípios pedagógicos, competência, processo pedagógico (ensino e aprendizagem), estratégias metodológicas, organização curricular, avaliação, pesquisa e disseminação do conhecimento. Planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações educacionais de formação e aperfeiçoamento de magistrados. Natureza da formação dos magistrados, processo de produção do conhecimento, princípios pedagógicos, concepção de competência, elementos do processo pedagógico e a proposta metodológica para a prática pedagógica.

Resolução Enfam n. 2/2009 - Estabelece diretrizes para os conteúdos programáticos mínimos dos cursos de formação para ingresso na magistratura e de aperfeiçoamento.

Resolução Enfam n. 1/2011 - Dispõe sobre o curso de formação para ingresso na magistratura e os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção dos magistrados.

Instrução Normativa Enfam n. 1/2017 - Disciplina o credenciamento de cursos oficiais da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Formação de servidores:

Resolução CNJ n. 240/2016 do CNJ - Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.

Resolução n. 203/2021-TJRO - Dispõe sobre a participação de servidores e servidoras do Poder Judiciário do Estado de Rondônia em ações de capacitação e dá outras providências.

Lei n. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente: Das disposições preliminares. Dos direitos Fundamentais: do direito à vida e à saúde; do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, do direito



à profissionalização e à proteção ao trabalho. Da prevenção: disposições gerais; da informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos; dos produtos e serviços. Da política de atendimento: disposições gerais. Do Conselho Tutelar. Do acesso à justiça: disposições gerais; da justiça da infância e juventude; da apuração do ato infracional cometido por adolescente.

Manual de Gestão para as Alternativas Penais: Histórico, Postulados e Princípios para as Alternativas Penais no Brasil, Metodologias de Acompanhamento.

Resolução CNJ n. 487/2023 - Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança).

Resolução CNJ n. 558/2024 - Estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

8. Conhecimentos de Direito Administrativo:

Noções de organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desconcentração.

Princípios expressos e implícitos da administração pública. Órgãos públicos.

Agentes públicos.

Processo Administrativo.

Poderes administrativos.

Ato administrativo.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.

Improbidade Administrativa.

Responsabilidade civil do Estado.

9. Conhecimentos de Direito Constitucional:

Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania.

Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.



Administração pública: disposições gerais, servidores públicos.

Poder Judiciário: Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública. Noções de direitos humanos.

Assim, a Prova versará sobre aspecto de conhecimento específico. E *em azul* deixei os assuntos que têm maior probabilidade de serem tema da Discursiva.

Já a avaliação da Prova Discutida será de acordo com os critérios abaixo:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	25 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,25 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

13.2.4.1 Haverá desconto de 1,0 (um) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.

13.2.4.2 Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.

Veja que, além do domínio sobre o assunto (*Aspectos macroestruturais*) tratado na Prova Discursiva, temos que nos atentar ao uso correto da língua portuguesa, bem como à organização textual, coesão e coerência (*Aspectos Microestruturais*).



- ✓ A prova Discursiva será composta por 1 questão discursiva, estudo de caso, totalizando 30 pontos;



- ✓ Há um mínimo a ser alcançado: 50 pontos;
- ✓ Haverá desconto de pontos para erros de gramática/norma culta e por linha que faltar até o mínimo de 20 linhas.



COMO FAZER NO DIA DA PROVA

Por fim, trago um passo a passo bastante objetivo com sugestões de como se organizar na prova para que a Prova Discursiva não seja um problema para você – ao contrário, que leve você para as primeiras posições (assim como foi comigo).

Vamos às dicas:

1. Controle o tempo

Como sua prova Discursiva acontece concomitante à prova objetiva, o mais importante é que você calcule o tempo.

Isso, inclusive, começa na sua preparação: sempre que for treinar a Discursiva cronometre e tente a máximo respeitar o tempo que você delimitou para a realização dessa parte da prova. Lembre-se de delimitar o tempo para que seja possível organizar as ideias e escrever o seu texto.

Por exemplo: você terá 4h30 para toda a prova, então para a Discursiva você provavelmente terá no máximo 1h30 (dividiria 30 minutos para a Questão Discursiva e 1 hora para a Revisão de Pronunciamento)

2. Leia a questão com calma e anote os pontos principais

Por mais nervoso ou nervoso que esteja, fazer uma leitura apressada da questão discursiva pode inibir seu entendimento completo sobre ela. Da mesma forma que a leitura sem destacar os pontos mais importantes pode fazer com que você se esqueça de algum elemento chave na questão.

3. Organize as ideias

Depois de compreender o que a questão está pedindo efetivamente, você precisa organizar as ideias que vão surgir. Não é necessário que você faça um rascunho, mas ter as ideias que irá colocar no texto, bem como a ordem de apresentação vai facilitar a escritura do texto.

Assim, anote, em tópicos, todos os temas relacionados ao assunto que você vai escrever. Depois, em ordem de preferência, enumere esses itens, do mais importante para o menos importante.

4. Revise o texto final

Não seja o candidato que não relê o que escreve. Então, também não tenha na cabeça que ao finalizar a escrita, o texto está pronto.

Se você não faz rascunho (afinal, não é uma obrigatoriedade e muitas vezes o tempo não permite), não poderá consertar todos os desvios que encontrar – rasura pode ser feita no texto, mas você deve escrever a palavra correta logo em seguida da errada, e não em cima da palavra errada ou



em qualquer espaço fora da linha. Contudo, é possível ainda a ajustar a pontuação (colocar uma vírgula ou acento que faltou, por exemplo) ou até mesmo complementar o texto (se ainda houver linhas).

Pessoal, é isso!

Deixo, por fim, as folhas de padrão de resposta para que você já comece a treinar sua Prova Discursiva e vá se familiarizando com a quantidade de linhas e organização do texto ok?!



Folha de resposta para transcrição do texto definitivo (30 linhas)

Linha	Aula __ / Tema: ____	Tempo Utilizado: ____
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.